



PARECER PRÉVIO Nº 37/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 10831/2015.

Apensos: Processo nº 11523/2014, 11525/2014, 11530/2014, 11531/2014 e 11789/2014.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Tefé

4- Exercício: 2014

5- Responsável: Antenor Moreira Paz (Prefeito Municipal)
Jucimar de Oliveira Veloso (Prefeito Municipal)

6- Advogado: Não Possui

7- Unidade Técnica: DICAMI

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 1743/2017-DMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.

9- Relator: Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Poder Executivo dos Municípios do Interior. Prefeitura Municipal de Tefé. Exercício de 2014.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação das contas anuais. Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, a proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a aprovação das contas anuais do Sr. Antenor Moreira Paz, ex-prefeito do município de Tefé (1/1/2014 a 28/8/2014), exercício de 2014, nos termos do art. 219, incisos I e II, e do art. 223, §2º, ambos da Resolução n.º 4/2002-TCE/AM c/c o art. 58, alínea “c”, da Lei n.º 2.423/1996, bem como do art. 31, §2º, da Constituição Federal;

10.2. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação das contas anuais do Sr. Jucimar de Oliveira Veloso, ex-prefeito do município de Tefé (1/9/2014 a 31/12/2014), exercício de



PARECER PRÉVIO Nº 37/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

2014, nos termos do art. 219, incisos I e II, e do art. 223, §3º, ambos da Resolução n.º 4/2002-TCE/AM c/c o art. 58, alínea “c”, da Lei n.º 2.423/1996, bem como do art. 31, §2º, da Constituição Federal.

11- Ata: 20ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 20 de Junho de 2017

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

13.1. Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

14- Representante do Ministério Público: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

MARIO JOSE DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

JULIO CABRAL
Conselheiro

JULIO ASSIS CORREA PINHEIRO
Conselheiro

ERICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

JOSUE CLAUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 37/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 37/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE - AM nº 10831/2015.

Apensos: Processo nº 11523/2014, 11525/2014, 11530/2014, 11531/2014 e 11789/2014.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Tefé

4- Exercício: 2014

5- Responsável: ANTENOR MOREIRA PAZ (Ordenador de Despesa), JUCIMAR DE OLIVEIRA VELOSO (Ordenador de Despesa)

6- Unidade Técnica: DICAMI

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 1743/2017-DMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.

8- Relator: Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Poder Executivo dos Municípios do Interior. Prefeitura Municipal de Tefé. Exercício de 2014.

Regularidade	com	ressalvas.	Multa.
Recomendação.	Irregularidade.		Alcance.
Determinação.	Encaminhamento.		

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, "a" item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas Anual o do Sr. Antenor Moreira Paz, ex-prefeito do município de Tefé (1/1/2014 a 28/8/2014), exercício de 2014, com fundamento nos arts. 19, II, 22, II, e 24, da Lei n.º 2.423/96 (Lei Orgânica deste Tribunal de Contas) c/c os arts. 188, § 1º, II, da Resolução 04/2002-TCE/AM (Regimento Interno deste Tribunal de Contas):

9.2. Aplicar Multa ao Sr. Antenor Moreira Paz, ex-prefeito do município de Tefé (1/1/2014 a 28/8/2014), exercício de 2014, no valor de R\$ 1.096,03 (um mil e noventa e seis reais e três centavos) para cada mês de atraso no envio dos dados por meio do sistema ACP (janeiro a agosto), totalizando R\$ 8.768,24 (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte quatro centavos), com fulcro no art. 308, II, da Resolução n.º 4/2002-TCE/AM, redação dada pelo artigo 2º, da Resolução n.º 25, de 30 de agosto de 2012, multa esta que deverá ser recolhida ao cofre



ACÓRDÃO Nº 37/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 37/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

estadual, na representação do órgão de Encargos Gerais do Estado - SEFAZ, no prazo de 30 dias, com comprovação perante o Tribunal de Contas, nos termos do art. 174, § 4º, da Resolução n.º 4/2002. Observe-se que caso o prazo estabelecido expire, o valor da multa deverá ser atualizado monetariamente (art. 55, da Lei n.º 2.423/1996 c/c o art. 308, § 3º, da Resolução n.º 4/2002 - TCE/AM);

9.3. Aplicar Multa ao Sr. Antenor Moreira Paz, ex-prefeito do município de Tefé (1/1/2014 a 28/8/2014), exercício de 2014, no valor pecuniário de R\$ 4.468,41 (quatro mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e quarenta e um centavos), com fulcro no art. 53, parágrafo único, da Lei n.º 2.423/96, multa esta que deverá ser recolhida ao cofre estadual, na representação do órgão de Encargos Gerais do Estado - SEFAZ, no prazo de 30 dias, com comprovação perante o Tribunal de Contas, nos termos do art. 174, § 4º, da Resolução n.º 4/2002. Observe-se que caso o prazo estabelecido expire, o valor da multa deverá ser atualizado monetariamente (art. 55, da Lei n.º 2.423/1996 c/c o art. 308, § 3º, da Resolução n.º 4/2002 - TCE/AM). A presente multa fundamenta-se nas seguintes impropriedades:

- a) Inexistência de um controle efetivo para a devida utilização dos combustíveis adquiridos;
- b) Ausência do Diário de Obras nas Cartas-contrato n.º 097/2014 e n.º 115/2013;
- c) Ausência dos boletins de medição e/ou reajustes na Carta-ontrato n.º 097/2014;
- d) Ausência de Terno de Recebimento Provisório na Carta-contrato n.º 116/2013;
- e) Ausência de Terno de Recebimento Definitivo na Carta-ontrato n.º 116/2013 e no Contrato não Identificado (R\$ 217.148,45);
- f) Ausência de ART's do responsável técnico pela execução da obra/serviço de engenharia perante o CREA nas Cartas-contrato n.º 115/2013, n.º 681/2014 e no Contrato não Identificado (R\$ 217.148,45);
- g) Ausência da Ata de Reunião da Comissão de Licitação para recebimento, exame e julgamento dos documentos de Habilitação e Propostas de Preços e ausência de Parecer Técnico e/ou Jurídico sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade no Contrato não Identificado (R\$ 217.148,45).

9.4. Recomendar ao Sr. Antenor Moreira Paz e/ou ao atual Prefeito do Município de Tefé que:

- a) Observem com maior rigor o disposto no art. 63, da Lei n.º



ACÓRDÃO Nº 37/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 37/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

4.320/1964, acerca dos atestos na liquidação das despesas;

b) observem com maior rigor as disposições da Lei Federal n.º 8.666/1996, sobretudo o conteúdo dos seus art. 38, 55, 67 e 73;

c) Que seja regulamentada a realização das despesas com combustíveis, com vista a realizar um maior controle de tais gastos, determinando o registro da quantidade requisitada de combustível, a identificação do carro abastecido para aferir correspondência com atividades ligadas ao município, identificação dos servidores/motoristas responsáveis pelo abastecimento e condução veicular, o trajeto a ser realizado, justificativa do dispêndio e os dias dessas transações para subsidiar o planejamento com esse tipo de gasto e para a análise de sua legalidade;

d) observem com maior rigor a legislação aplicável na realização de despesas com obras públicas, nos termos das ponderações registradas nesta proposta de voto e no relatório técnico da DICOP.

9.5. Julgar irregular a Prestação de Contas Anual do Sr. Jucimar de Oliveira Veloso, ex-prefeito do município de Tefé (1/9/2014 a 31/12/2014), exercício de 2014, nos termos dos arts. 22, III, "b" e "c", e 25, da Lei n.º 2.423/1996, c/c o art. 188, II e § 1º, III, "b" e "c", da Resolução 4/2002-TCE/AM, em razão das seguintes irregularidades:

a) Não execução dos serviços de engenharia discriminados pela DICOP no Relatório Conclusivo n.º 146/2015 – DICOP (fls. 4.131/4.177) referentes à Carta-contrato n.º 006/2014 (Pintura e Manutenção da Escola Municipal Esther Lima, situada na rua São Sebastião, n.º 71, Centro, Comunidade do Caiabi, Município de Tefé);

b) Não execução dos serviços de engenharia discriminados pela DICOP no Relatório Conclusivo n.º 146/2015 – DICOP (fls. 4.131/4.177) referentes à Nota de Empenho 1945/2014 (Reforma do Anfiteatro, na Praça Remanso do Boto, para realização da festa da castanha);

c) Ausência de medidas para a operacionalização da Escola Municipal Indígena Santa Cruz, a qual foi reformada mas se encontra fechada.

9.6. Aplicar Multa ao Sr. Jucimar de Oliveira Veloso, ex-prefeito do município de Tefé (1/9/2014 a 31/12/2014), exercício de 2014, no valor de R\$ 1.096,03 (um mil e noventa e seis reais e três centavos) para cada mês de atraso no envio dos dados por meio do sistema ACP (setembro a dezembro), totalizando R\$ 4.384,12 (quatro mil, trezentos e oitenta e quatro reais e doze centavos), com fulcro no art. 308, II, da Resolução n.º 4/2002-TCE/AM, redação dada pelo artigo 2º, da Resolução n.º 25, de 30 de agosto de 2012, multa esta que deverá ser recolhida ao cofre estadual, na representação do órgão de Encargos Gerais do Estado - SEFAZ, no prazo de 30 dias, com comprovação



ACÓRDÃO Nº 37/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 37/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

perante o Tribunal de Contas, nos termos do art. 174, § 4º, da Resolução n.º 4/2002. Observe-se que caso o prazo estabelecido expire, o valor da multa deverá ser atualizado monetariamente (art. 55, da Lei n.º 2.423/1996 c/c o art. 308, § 3º, da Resolução n.º 4/2002 - TCE/AM);

- 9.7. Aplicar Multa** ao Sr. Jucimar de Oliveira Veloso, ex-prefeito do município de Tefé (1/9/2014 a 31/12/2014), exercício de 2014, no valor de R\$ 8.768,25 (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), com fulcro no art. 308, VI, da Resolução n.º 4/2002-TCE/AM, redação dada pelo artigo 2º, da Resolução n.º 25, de 30 de agosto de 2012, multa esta que deverá ser recolhida ao cofre estadual, na representação do órgão de Encargos Gerais do Estado - SEFAZ, no prazo de 30 dias, com comprovação perante o Tribunal de Contas, nos termos do art. 174, § 4º, da Resolução n.º 4/2002, em razão da: a) Inexistência de um controle efetivo para a devida utilização dos combustíveis adquiridos; b) Ausência do Diário de Obras na Carta-contrato n.º 006/2014 e na Nota de Empenho n.º 1945; c) Ausência de Registros fotograficos da obra na Carta-contrato n.º 006/2014 e; d) Ausência de Termo de Recebimento Definitivo na Carta-contrato n.º 006/2014 e na Nota de Empenho n.º 1945. Observe-se que caso o prazo estabelecido expire, o valor da multa deverá ser atualizado monetariamente (art. 55, da Lei n.º 2.423/1996 c/c o art. 308, § 3º, da Resolução n.º 4/2002 - TCE/AM);
- 9.8. Considerar em Alcance** o Sr. Jucimar de Oliveira Veloso, ex-prefeito do município de Tefé (1/9/2014 a 31/12/2014), exercício de 2014, no valor de 10.382,48 (dez mil, trezentos e oitenta e dois reais e quarenta e oito centavos), que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Tefé, no prazo de 30 dias, com comprovação perante este Tribunal, em razão da: a) Não execução dos serviços de engenharia discriminados pela DICOP no Relatório Conclusivo n.º 146/2015 – DICOP (fls. 4.131/4.177) referentes à Carta-contrato n.º 006/2014 (Pintura e Manutenção da Escola Municipal Esther Lima, situada na rua São Sebastião, n.º 71, Centro, Comunidade do Caiabi, Município de Tefé) e; b) Não execução dos serviços de engenharia discriminados pela DICOP no Relatório Conclusivo n.º 146/2015 – DICOP (fls. 4.131/4.177) referentes à Nota de Empenho 1945/2014 (Reforma do Anfiteatro, na Praça Remanso do Boto, para realização da festa da castanha). Observe-se que caso o prazo estabelecido expire, o valor do alcance deverá ser atualizado



ACÓRDÃO Nº 37/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 37/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

monetariamente (art. 174, da Resolução n.º 4/2002 - TCE/AM);

9.9. Recomendar ao Sr. Jucimar de Oliveira Veloso e/ou ao atual Prefeito do Município de Tefé que:

- a) Observem com maior rigor o disposto no art. 61, da Lei n.º 4.320/1964, a respeito da correta emissão de Nota de Empenho;
- b) Observem com maior rigor o disposto no art. 63, da Lei n.º 4.320/1964, acerca dos atestos na liquidação das despesas;
- c) observem com maior rigor o disposto no art. 94, da Lei n.º 4.320/1964, o qual exige registros analíticos de todos os bens de caráter permanente;
- d) Observem com maior rigor o disposto no art. 12 da Lei n.º 8.689/1993 c/c o art. 9, do Decreto n.º 1.651, de 28/9/1995, e art. 32, § 2º, da Lei n.º 8.080/1990, acerca do gerenciamento do Fundo Municipal de Saúde;
- e) observem com maior rigor as disposições da Lei Federal n.º 8.666/1996, sobretudo o conteúdo dos seus art. 38, 55, 67 e 73;
- f) observem com maior rigor o disposto na Resolução n.º 13/2015 e no art. 20, II, da Lei Complementar n.º 06, de 22/01/1991, com nova redação dada pela Lei Complementar n.º 24/2000, acerca dos prazos para envio dos dados contábeis ao TCE/AM;
- g) Que seja regulamentada a realização das despesas com combustíveis, com vista a realizar um maior controle de tais gastos, determinando o registro da quantidade requisitada de combustível, a identificação do carro abastecido para aferir correspondência com atividades ligadas ao município, identificação dos servidores/motoristas responsáveis pelo abastecimento e condução veicular, o trajeto a ser realizado, justificativa do dispêndio e os dias dessas transações para subsidiar o planejamento com esse tipo de gasto e para a análise de sua legalidade;
- h) Adotem ações que objetivem a reformulação dos marcos regulatórios instituidores do Sistema de Controle Interno de Tefé, adequando-os às regras previstas na Resolução n.º 9/2016 – TCE/AM, e a efetiva implantação deste organismo de controle local (caso ainda não tenha efetivamente implementado), em obediência aos comandos constitucionais e legais;
- i) observem com maior rigor a legislação aplicável na realização de despesas com obras públicas, nos termos das ponderações registradas nesta proposta de voto e no relatório técnico da DICOP;
- j) Adotem as medidas necessárias para que a Escola Municipal Indígena Santa Cruz possa ser reativada e para que sirva a sua comunidade.

9.10. Determinar a Comissão de Inspeção que, no ato da futura auditoria



ACÓRDÃO Nº 37/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 37/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

nas contas da Prefeitura do Município de Tefé, verifique se as medidas recomendadas referentes às falhas constatadas nas Contas do Sr. Antenor Moreira Paz e do Sr. Jucimar de Oliveira Veloso foram adotadas, a fim de não ensejar a reincidência das respectivas impropriedades, o que ocasionaria a irregularidade das Contas, com aplicação de multa, nos termos do art. 188, § 1º, III, “e”, da Resolução n.º 4/2002 – TCE/AM c/c o art. 22, III, § 1º, da Lei n.º 2.423/1996;

9.11. Encaminhar cópia da posta de voto e deste acórdão ao Ministério Público do Estado do Amazonas, na forma do art. 114, III, da Lei Estadual n.º 2.423/1996, para adoção das medidas cabíveis.

9.12. Encaminhar, acolhendo o voto-destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, cópia dos autos ao INSS, considerando a restrição de número 17 do Relatório Conclusivo da DICAMI, onde se aponta uma divergência nos valores relativos à cota previdenciária do município, para que o órgão possa apurar se houve de fato o recolhimento devido.

10- Ata: 20ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 20 de Junho de 2017

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

12.1. Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

13- Representante do Ministério Público: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR
Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral